

Resumo dos principais vetos do PL do Licenciamento Ambiental

- **Veto a 63 trechos do texto original** – O presidente vetou diversos dispositivos do PL, visando a integridade do processo de licenciamento, proteção ao meio ambiente, direitos de povos indígenas e quilombolas, segurança jurídica e maior agilidade sem comprometimento da qualidade.
- **Restrição da Licença por Adesão e Compromisso (LAC)** – Foi vetada a ampliação da LAC para atividades de médio potencial poluidor, limitando-a apenas a empreendimentos de baixo potencial. O objetivo foi impedir que atividades de risco relevante tenham licenciamento simplificado sem a devida análise técnica.
- **Padronização nacional de critérios de licenciamento** – Vetados dispositivos que permitiam aos entes federativos estabelecer critérios sem padrão nacional, evitando competição antiambiental e assegurando previsibilidade, segurança jurídica e padrões mínimos de proteção ambiental.
- **Proteção especial à Mata Atlântica** – Foi vetada a retirada do regime de proteção especial da Lei da Mata Atlântica para a supressão de floresta nativa, mantendo o bioma como patrimônio nacional e protegendo o que resta de sua vegetação.
- **Proteção dos direitos de povos indígenas e quilombolas** – Vetados dispositivos que restringiam consultas aos órgãos de proteção desses grupos, para garantir a participação e evitar exclusão de povos e territórios em reconhecimento.
- **Veto à dispensa de análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR)** – Impede que produtores rurais com CAR pendente sejam dispensados do licenciamento, permitindo a dispensa apenas para propriedades já analisadas.

- **Garantia de medidas compensatórias para impactos indiretos** – Vetado o dispositivo que limitava condicionantes ambientais e compensações somente a impactos diretos, permitindo exigência de medidas para impactos indiretos e sobre serviços públicos pressionados.
- **Proteção às Unidades de Conservação** – Vetado artigo que retirava o caráter vinculante da manifestação dos órgãos gestores no licenciamento de empreendimentos que afetam diretamente essas áreas ou suas zonas de amortecimento.
- **Manutenção da LAE com veto ao processo monofásico** – Embora criada a Licença Ambiental Especial (LAE), foi vetado o processo monofásico que autorizaria todas as licenças simultaneamente, prevenindo insegurança jurídica e antecipação de despesas.
- **Responsabilidade de instituições financeiras** – Vetado o enfraquecimento da responsabilidade das instituições financeiras em casos de danos ambientais dos projetos financiados, condicionando o crédito ao cumprimento da legislação ambiental.
- **Avanços preservados** – Elevação ao status de lei de dispositivos antes apenas em normas infralegais, definição de prazos de análise, parâmetros unificados para LAC e aumento da pena para operação sem licença ambiental.

Medidas complementares

- Envio ao Congresso de novo PL com urgência constitucional, propondo redações ajustadas.
- Assinatura de Medida Provisória para eficácia imediata da LAE, agilizando licenças para atividades estratégicas.